

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

A GRAMÁTICA E O ENSINO DE LÍNGUA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

MARIZA LIMA DE SOUZA

PONTES E LACERDA, AGOSTO DE 2002

Turma 2002/1

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

A GRAMÁTICA E O ENSINO DE LÍNGUA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Ensaio Monográfico apresentado à UNEMAT/Campus
Universitário de Pontes e Lacerda como requisito final
para a obtenção do grau Licenciado (a) Letras.
Orientador (a): Prof^a: Kátia Chaves de Freitas

Pontes e Lacerda, agosto de 2002.

DEDICATÓRIA

À Gabriela, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe pelo apoio e à Profª Kátia Chaves de Freitas pelo empenho na orientação dessa monografia.

“A gramática tem obrigação de olhar para conceitos antigos baseada num novo espírito de estudos que se criou ao longo do tempo na Lingüística, de que até as coisas mais óbvias devem ser questionadas”.

Profº Dr. Luiz Francisco Dias

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo I – Quadro Teórico.....	8
1.1 – O que é gramática ?.....	9
1.2 – Conceito de língua e sujeito.....	13
Capítulo II – Análise.....	16
Considerações Finais.....	24
Bibliografia.....	25
Anexos.....	26

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o ensino de gramática no processo de ensino da língua. Muitas mudanças se fazem necessárias e muito ainda há que ser refletido sobre esse assunto.

As propostas de reformulação do ensino de Língua Portuguesa tiveram início na década de 1960. Desde esta época já se percebia a necessidade de mudança, pois ocorriam inúmeros problemas quanto à leitura e à escrita, tendo em vista o modo pelo qual a escola se propunha a trabalhar.

Todas essas preocupações levaram os professores de língua a buscarem novas propostas de trabalho. Os recentes avanços da Lingüística têm contribuído para fomentar as discussões que se dão entre os professores de língua portuguesa, assim como para dar sustentação a novas tomadas de posição em relação ao ensino de língua.

De acordo com os PCN¹:

“o domínio da linguagem oral e escrita é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões do mundo, produz conhecimento”
(PCN, 1998).

Para consolidar esse objetivo é preciso que haja mudança de postura por parte dos professores de língua. Tornar acessível aos alunos o conhecimento necessário para que exerçam a cidadania, é uma das principais responsabilidades da escola.

Dar ao aluno acesso aos bens culturais, como a variedade padrão da língua portuguesa, é função da escola, pois o exercício da cidadania somente ocorre quando

¹ Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) foram criados pela lei federal nº 9.394 de 20/12/96.

o indivíduo é de fato contemplado pelos direitos que lhe são assegurados pelas Leis vigentes em uma sociedade que se diz democrática.

Falar sobre a gramática e o ensino de língua interessa-me, pois parece existir uma possibilidade imensa de pesquisa quanto a esse tema, e sem dúvida os professores de língua devem estar engajados em propostas de trabalho que reflitam sobre o que é ensinar língua.

CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO

Fazer considerações sobre a gramática e o ensino de língua instaura a necessidade de adoção de um lugar teórico, e em razão disso buscarei apoio em uma proposta de estudo sobre a gramática e o ensino de língua a partir de uma perspectiva discursiva.

Primeiramente tratarei da questão: o que é gramática?, para posteriormente apresentar a concepção de língua e sujeito que adoto.

1.1 - O que é gramática?

Luiz Francisco Dias (1999) afirma que uma concepção de gramática na perspectiva discursiva apresenta três dimensões: orgânica, histórica e pedagógica. Orgânica “porque é um corpo de conhecimentos sobre a língua que aspira à completude (...) abre mão do detalhamento e do aprofundamento específicos da abordagem lingüística em benefício de uma visão integral da língua (Dias,1999:21). Histórica, porque há uma relação necessária entre uma gramática e o campo do saber sobre a linguagem no qual apareceram as gramáticas ao longo da história. Pedagógica, porque há compromisso entre uma gramática e o ensino de língua, ou seja “quando falamos em ensino de gramática estamos antes de tudo falando do ensino de um conhecimento sobre a língua, fundamentados numa boa reflexão sobre o seu funcionamento”(Dias, 1999:22).

Para Luiz Francisco Dias, a tipologia gramatical conhecida pelos lingüistas: normativa, descritiva, internalizada, etc, situa-se na dimensão orgânica, pois

representam um corpo de conhecimento produzido sobre a língua, por meio do qual é possível se pensar em outras questões e assim construir conhecimento.

Sírio Possenti (1996) faz comentários sobre três conceitos de gramática supramencionados: normativa, descritiva e internalizada.

À noção de “um conjunto de regras que devem ser seguidas”, Possenti, (1996:64) designa a *gramática normativa* — a mais conhecida pelos professores da Língua Portuguesa, em geral, é a gramática que se adota nos livros didáticos.

A gramática normativa é um conjunto de nomenclaturas, sendo a forma mais abstrata utilizada no ensino da língua.

A partir dessa noção de “conjunto de regras que devem ser seguidas”, Possenti (1996:64) afirma que: “Gramática designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem falar e escrever corretamente”.

Em seguida é apresentado o conceito de *gramática descritiva*, que como o próprio termo já define, tem a função de *descrever* ou explicar as regras que são usadas pelos falantes de uma determinada variedade lingüística “o que caracteriza uma gramática puramente descritiva é que ela não tem nenhuma pretensão prescritiva” Possenti (1996:68).

A gramática descritiva explica aquilo que realmente é usado pelo falante da língua, retrata o que se fala no dia-a-dia. Não tem a ver com aquilo que *deveria* ser falado, mas sim com o que *é* falado.

Numa perspectiva descritiva o verbo *ir* pode ser usado de três maneiras diferentes na primeira pessoa do plural, “nós foi” ; “nós fumo”; “nós fomos”. São três formas de falar empregando o verbo *ir* que possuem o mesmo sentido. A gramática descritiva está atenta àquilo que o falante produz a partir de uma variedade lingüística dada, ou seja, o que é dito pelo falante é descrito.

A terceira noção de gramática é designada como *internalizada*, ou seja, um é “conjunto de regras que o falante domina” Possenti (1996:64). Por meio desse conceito afirma-se que o falante, ao se comunicar, tem automaticamente, o domínio das regras da língua materna, formando frases com coerência e sentido. A gramática está internalizada no cérebro do falante. Tomando como exemplo: “Os garotos foi na escola”, o sentido é compreendido com facilidade e a sequência das palavras, na frase, é coerente. Isso são regras que o falante domina. “Uma versão sobre a aquisição do conhecimento, em particular do conhecimento gramatical diz que aprendemos por repetição. Simplificando, falamos porque ouvimos...” (Possenti 1996:70)

Desse modo, a concepção de gramática internalizada afirma que o falante aprende naturalmente a língua, através da convivência com repetições que vão ganhando sentido.

Quando alguém fala, o faz segundo regras de uma certa gramática, ou seja, ao falar uma língua já se tem o domínio das regras dessa língua o que dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Vejamos o que Sírrio Possenti dia sobre isso:

“... saber uma língua significa saber uma gramática. (...) Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas”(Possenti 1996:30).

Partindo dessa afirmação de Possenti, é necessário distinguir o papel da escola e o papel da gramática. “O papel da escola é de ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente de criar condições para que seja aprendido” Possenti (1996:17)

A escola ainda utiliza nos livros didáticos e conseqüentemente, nas aulas a gramática normativa e esta, ao invés de facilitar, acaba sendo uma barreira para o aprendizado de uma língua.

“No caso específico do ensino do português, nada será resolvido se não mudar a concepção de língua na escola (o que já acontece em muitos lugares, embora às vezes haja discursos novos e uma prática antiga)” Possenti (1996:16).

A gramática normativa, como o próprio termo indica, é um conjunto de normas ou regras para serem, obrigatoriamente, seguidas. Essas regras tiram do aluno a possibilidade de pensar, criar hipóteses e chegar a conclusões lógicas. “As regras de uma gramática normativa se assemelham às regras de etiqueta, expressando uma obrigação e uma avaliação do certo e do errado” Possenti (1996:73).

É impossível chegar a um determinado lugar sem que se tenha objetivo de chegar. A escola precisa ter clareza do que seja seu real papel no ensino da língua. “Para que o projeto de ensino de língua seja bem sucedido, uma condição deve necessariamente ser preenchida, e com urgência: que haja uma concepção clara do que seja uma língua e do que seja uma criança” Possenti (1996:21)”

O ensino de gramática nas aulas de português tem sido um problema para os professores, pois embora façam constantes críticas ao ensino de gramática no 1º e 2º graus e também a própria teoria da gramática tradicional ou a gramática normativa, sentem-se perdidos, sem saber o que fazer na sala de aula, não conseguem contribuir com algo que seja significativo para a vida do aluno.

Talvez por não ter clareza sobre o que é língua nem sobre o que é gramática e o papel da escola no ensino da língua (materna), o professor não tem coragem de

sair do tradicional e continua a “obrigar” os alunos a seguirem regras da gramática normativa.

É necessário distinguir “ensino da língua” e ensino “a respeito da língua”, questionando-se a eficácia das regras da gramática normativa e dos exercícios da análise sintática e morfológica para ensinar falar, ouvir, escrever, ler, valorizando a idéia de que se aprende a fazer, fazendo

A preocupação da escola em ensinar língua deve mudar porque “língua não se ensina, aprende-se”. Vejamos o que Sírio Possenti nos diz sobre isso:

“Seria interessante que ficasse claro que são os gramáticos que consultam os escritores para verificar quais são as regras que eles seguem, e não os escritores que consultam os gramáticos para saber que regras devem seguir” Possenti (1996:)

1.2 – Conceito de língua e sujeito

Considero de suma importância adotar um conceito de língua para que seja possível discutir e pensar as práticas sobre o ensino de língua. Assim, tomo, como já disse anteriormente, a perspectiva discursiva para pensar a língua, bem como o sujeito.

A instituição da Lingüística como ciência por Saussure no começo do século XX traz consigo uma concepção de língua que já serviu para inúmeras discussões, a língua vista como um sistema abstrato, que preexiste e subsiste ao indivíduo.

Em uma perspectiva discursiva, a língua não é trabalhada como sistema abstrato, mas como elemento simbólico que media a relação entre o homem e mundo. Eni Orlandi nos diz que:

“desta maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da lingüística. Em consequência, não se trabalha, como na lingüística com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade de como se elas fossem independentes do fato que elas significam” (Orlandi, 1999:16).

Desse modo, a língua passa a ser compreendida como lugar constitutivo do homem e de sua história, que somente o é por ser um trabalho simbólico que produz sentido.

A perspectiva discursiva se interessa pelas condições de produção da linguagem, ou seja, pelos interlocutores e pelo contexto de situação (enunciativo e histórico). É a partir dessa consideração que o sujeito é pensado, sendo visto como uma instância determinada sócio-historicamente, de modo que, não é possível existir discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, pois o sujeito não é livre da determinação histórica.

Em nossa sociedade, acredita-se que o sujeito-em-si é livre de toda determinação, o que constitui uma ilusão discursiva do sujeito. Essa ilusão faz com que o sujeito pense que o discurso nasce nele mesmo, que ele pode escolher o que faz e o que não faz parte do seu discurso. Orlandi fala que:

“De forma geral, podemos dizer que o sujeito da linguagem não é um sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente e, além disso, a apropriação da linguagem é um ato social, isto é, não é o indivíduo enquanto tal que se apropria da linguagem uma vez que há uma forma social dessa apropriação” (Orlandi, 1999:51).

Assim, pensando a língua e o sujeito como determinados sócio-historicamente se estabelece uma possibilidade de reflexão, na qual as questões da língua não restringem-se ao espaço da gramática tradicional.

CAPÍTULO II – ANÁLISE

Depois de muitos questionamentos e discussões sobre o ensino de gramática no processo de ensino da língua, fica a pergunta: “ como ensinar gramática na escola?”

Não tenho a pretensão de dar uma resposta a essa questão, todavia proponho uma reflexão sobre esse polêmico assunto, tomando como ponto de partida uma prova que foi encontrada sobre uma carteira em uma das salas da Escola Estadual São José, pela minha orientadora neste trabalho, a Prof^a Kátia Chaves de Freitas. A prova é da 7ª série do Ensino Fundamental, e foi aplicada no dia 23 de julho de 2002. Abaixo, a prova é apresentada na íntegra. O documento original será colocado nos anexos.

Nome: Claudinei Data: 23/07/02 Série: 7ª B

1) Passe os discursos diretos para indiretos:

a) Joana disse:

__ Vou à festa sábado.

Joana disse que iria a festa sábado

b) Roberto retrucou:

__ Não comerei essa comida.

Roberto retrucou que não comeria aquela comida.

c) Carla disse:

__ Temos que dormir cedo.

Carla disse que teria que dormir cedo.

d) José falou:

___ Vamos para Bahia no fim do ano.

José falou que iria para Bahia no fim do ano.

2) Grife e diga se é prefixo, sufixo ou parassíndeto:

recortar – *sufixo*; decrescente – *prefixo*; enformar – *sufixo*; prefixo – *parassíndeto*;
desprotegido – *prefixo*; papelada – *sufixo*; computadorizar – *prefixo*; somente –
prefixo; amanhecer – *sufixo*; apressadamente – *prefixo*; simbolicamente –
parassíndeto.

3) Diga se o discurso é direto ou indireto.

a) Madalena disse que ia a feira. *indireto*

b) Poliana disse ___ Vou viajar. *direto*

c) João respondeu que não entenderia o pedido do pai. *direto*

d) Mariana disse que iria passar de ano. *indireto*

e) Edson afirmou: ___ Estou doente. *direto*

f) Maria disse: ___ Casarei-me no fim de semana. *indireto*

4) Dê os prefixos das palavras:

re agir

in migrante

vi ver

en frente

im decente

in começa

im pilhar

re viver

No exercício nº 1, a professora considerou certos as questões *a* e *b*, a questão *c* ela considerou meio certo, porque o aluno colocou o verbo no singular usando *teria* ao invés de *teriam*.

Sírio Possenti, numa de suas palestras, abordou essa questão do singular/plural dos verbos da língua portuguesa comparada à língua inglesa e cita como exemplo o verbo *ir* que enquanto no português o “certo” é *nós fomos* no inglês o “correto” é *nós foi* (we go).

A forma que o professor vê a língua, os valores que lhe atribui, vão determinar a forma de trabalhar a gramática. “O ensino da gramática deve ser informativo e passar pelo curso da reflexão”¹.

Segundo Luiz Francisco Dias (1999,21) “o ensino de gramática pode tornar-se mais rico se aprendermos a imprimir um olhar sobre a gramática que vá além das delimitações de categorias morfológicas e das descrições de funções sintáticas”.

O professor de Língua Portuguesa deve saber distinguir a relação teórica da gramática normativa e a relação que a língua tem com a realidade.

No exercício nº 2 nota-se que das dozes palavras dadas, o aluno acerta apenas três: *desprotegido*, *somente* e *amanhecer*. Pela quantidade de acertos notamos que esse garoto não tem noção dessa *abstrata* regra gramatical.

¹ Palavras ditas pelo Prof^o dr Luiz Francisco Dias em uma palestra realizada em Cáceres entres os dias 20 e 24 de maio de 2001.

É uma pena ver que o mesmo falante que diz: *pré-escola* (e sabe que está se referindo a um período que não possui as mesmas características daqueles da escola formal), *pré-vestibular* (e entende como antes do vestibular), não consegue fazer compreender a palavra prefixo como pre - antes e fixo - colocado para permanecer, ou seja: prefixo – termo fixado antes.

O ensino da língua sem uma reflexão histórico-discursiva se torna um amontoado de regras abstratas ensinadas de forma mecânica e com isso, tira do aluno qualquer possibilidade de fazer relação entre termos gramaticais e a realidade da língua falada.

Voltando à prova é posto em análise o terceiro exercício. Nessa atividade o aluno “errou” as opções *c* e *f*, isso representa que a terça parte do exercício está “errada”. É possível dizer que houve uma contradição, pois o mesmo sujeito que acertou quase todo o exercício nº 01 (um) não teve o mesmo “sucesso” com o exercício de nº 03 (três).

O professor deveria/deve utilizar a gramática como material de pesquisa, dando ao aluno liberdade para comparar, refletir e criticar.

Alguns professores utilizam o texto como pretexto para o ensino de gramática, outros, nem como pretexto, simplesmente “ensinam” gramática normativa através da própria gramática normativa, ou seja, de forma totalmente abstrata, sem nenhuma relação com a linguagem.

Tomando o último exercício da prova em análise, aparece uma proposta de preenchimento de lacunas com prefixos. Penso que essa é a forma mais cruel de “ensinar” gramática, uma lista de palavras soltas uma embaixo da outra como uma lista de compras sem nenhuma lógica.

O exercício é tão mecânico que o aluno nem lê as palavras. É quase certo que ele, o sujeito-aluno, já falou e ouviu palavras como: imigrante, rever, recomeçar,

porém “errou” quando ao invés de imigrante, colocou *immigrante*, em *rever* (que é a palavra que pressuponho ter sido posta ali pelo professor(a) que elaborou a prova), e em *recomeçar*, *incomeçar*. Já a palavra *indecente*, ele escreveu com *m*, grafando *imdecete*, palavra que o professor(a) considerou “meio certa”. Em *empilhar*, ele coloca *impilhar*, mas nesse caso, o professor(a) entendeu como “certo”.

Entregar denominações de regras gramaticais ao aluno, antes que o mesmo crie suas hipóteses e tire suas próprias conclusões, é uma forma de menosprezar-lhe a inteligência, pois quem fala domina os mecanismos da língua, as regras que a constituem. Vejamós o que Celso Pedro Luft diz sobre isso:

“Esse sistema de regras que os falantes internalizam na infância é que constitui a verdadeira gramática da língua, a legítima, a autêntica, da qual todas as demais (livros, teorias de gramática, filólogos e lingüistas, etc) não passam de reproduções” (Luft, 1998:36).

Partindo desse comentário afirmo que uma das razões que levam o professor a insistir no ensino de gramática, com tanta resistência, e o fato de pensar que o aluno não sabe a língua que fala. Luft ainda comenta:

“Os pressuposto de que o aluno não sabe a língua, de certa forma se justifica parcialmente na frase inicial: é normal que chegando à escola a criança não saiba ler nem escrever. Portanto, deve ser alfabetizada e aprender a língua em letras” (LUFT, 1998:43).

Observando a afirmação colocada acima, entendo que o problema não é o ensino da gramática em si, mas a metodologia do ensino de gramática da língua.

A aquisição da língua se dá num processo paulatino e natural. A criança precisa somente ouvir palavras coerentemente organizadas em frases, é necessário que o sentido esteja evidente, e ao falar, fará uso das regras da língua. Ou seja, o processo de aquisição da língua independe de regras de funcionamento da língua.

“Uma visão sobre a aquisição do conhecimento, em particular do conhecimento gramatical, diz que aprendemos por repetição. Simplificando, falamos o que falamos porque ouvimos...” (Possenti, 1998:70)

É necessário que se tome muito cuidado para que a sintaxe não fique reduzida a um conjunto de nomenclaturas, não pode-se deixar que a fascinante estrutura que organizar os sentidos se perca em fragmentos, que em nada prendem o interesse da criança pelo estudo da língua.

O professor que ensina gramática normativa, como está na prova que analisamos, tira do aluno a possibilidade de entender a língua de maneira mais natural. Criticando essa postura o Prof^o Dr. Luiz Francisco Dias (1999, 128) diz que:

“Nas últimas décadas, a intensificação das críticas à gramática tradicional, acompanhada de um crescimento exponencial das pesquisas sobre textualidade, discurso ou interação resultou em atos de rebeldia contra o ensino de gramática. É preciso entender que boa parte daqueles que se clamam contra o ensino da gramática o fazem baseados, principalmente em dois argumentos. O primeiro é o de que a gramática é incompetente na implementação de sua tarefa, qual seja, apresentar ao aluno um conhecimento teoricamente consistente sobre a língua, tendo em vista as suas modalidades e os seus registros. O segundo é o de que o papel do conhecimento gramatical na competência de leitura e produção de texto é ímimo. Ora, quando se fala em gramática, é preciso termos em mente que o conhecimento sobre a língua não se resume àquele saber saber consagrado nas gramáticas normativas (cf. Perini, 1995 e 1997).

Com base nessa afirmação passaremos à análise de um texto produzido pelo meu aluno, Luiz Henrique T. Brughnago (10 anos) da 4ª série do Ensino Fundamental da Escola Estadual 14 de Fevereiro.

TV CENTRO OESTE

A professora mandou a gente a gente fazer a fila para ir para o ônibus e o homem do ônibus só ficava brigando e aí nós chegamos a tv centro oeste e aí perguntamos a mulher muitas coisas e depois para os homens e depois eu e Elivelton e o Dione fomos beber água e aí o Elivelton foi ao banheiro da Tv centro oeste e aí quase que perdemos o Elivelton e aí ele saiu correndo e aí nós fomos para Rádio Jornal

E nós chegamos a Rádio Jornal e aí o homem perguntou a minha idade o meu time meu nome e aí o Max e o Jairo mijou no pneu do ônibus no pneu do ônibus.

Autor: Luiz Henrique T. Brughnago

Esse texto é o relato de uma situação vivida pelo aluno __ a turma visita a Televisão Centro-Oeste e a Rádio Jornal da cidade. Essa é uma situação em que o aluno passa do concreto ao abstrato.

Observe que no texto aparecem exatamente as formas como o aluno fala: *nós* e *aí* repetidos várias vezes e a falta de concordância verbal: *o Max e o Jairo mijou*; usa muito *e* ao invés de vírgula e repete várias vezes *e* para. Porém, há coerência nas frases e na sequência de idéias apesar da ausência de vírgula e o ponto aparecer apenas no final do texto. Veja que o aluno tem noção de parágrafo, pois ele pára, sem ponto e segue com parágrafo e letra maiúscula. O garoto separa o relato sobre a visita à Tv e à rádio em dois parágrafos: o primeiro para o que se refere à Tv e o segundo à rádio, por ordem dos acontecimentos, pois fomos primeiro à Televisão Centro-Oeste e depois à Rádio Jornal.

O texto é facilmente entendido por qualquer pessoa que o leia, pois o autor, Luiz H. T. Brughnago, já possui certo domínio das regras da língua escrita e consegue passar através do relato as experiências que viveu no dia da visita aos órgãos de comunicação locais.

Quando o aluno escreve partindo de experiências concretas, ele tem subsídios para seu texto, nunca podemos mandar o aluno escrever partindo do nada, tipo: *Invente uma história de um gatinho, de um cachorrinho, de um patinho etc.* “Não se aprende a língua por exercícios, mas por práticas significativas” (Possenti, 1998:47).

Quando o aluno escreve a partir de uma situação concreta simplesmente transforma fala em escrita. Não faz sentido uma lista de palavras soltas, porque palavras descontextualizadas não significam uma experiência real, nesse caso do aluno com o espaço no qual está inserido.

O ensino da língua deve partir do concreto, não como pretexto para ensinar gramática normativa, mas como forma de ensinar uma língua através de uma unidade de sentido — o texto.

Depois de tantas reflexões e pesquisas sobre o ensino da gramática no processo de ensino da língua se torna difícil pensar a gramática fora de uma proposta discursiva, pois em toda gramática a língua funciona pela significação, sendo produzida pelo discurso. Assim cabe à gramática tratar a ordem da palavras a partir de uma visão em que o histórico seja levado em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora novas propostas para o ensino de língua surgiram e continuam surgindo, vimos através da prova analisada, que a gramática normativa ainda é uma prática constante na sala de aula, como pretexto para o ensino da língua.

Em contrapartida, o texto do aluno da 4ª série do Ensino Fundamental, constitui-se a partir de um trabalho que desenvolvo, no qual o ensino de gramática se dá a partir de situações concretas, é postura estabelecida na perspectiva discursiva do ensino da gramática que leva em consideração o conhecimento produzido sobre gramática em sua tipologia: descritiva, internalizada, etc.

Procurei mostrar o trabalho realizado no ensino de gramática normativa e propor uma reflexão sobre tal questão. Por outro lado, busquei expor as considerações sobre o ensino de gramática numa perspectiva discursiva para *o ensino da língua* na escola.).

Estarão alcançados meus objetivo se esses questionamentos provocarem uma inquietação na mente dos professores de língua materna a ponto de , pelo menos, deslocarem a gramática normativa do papel de protagonista no ensino da língua, promovendo , assim, através de outras abordagens, o desenvolvimento do aluno no que se refere à criticidade e à criatividade.

O ensino de português não pode continuar sendo visto como mera transmissão de conteúdos prontos, deve sim, ser um lugar voltado à pesquisa, tendo como tarefa fundamental a construção de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Luiz Francisco. *Crise de paradigmas na gramática: da lição gramatical ao fato discursivo*. Vivência, Natal, v.12, n.1, 1998.

_____. *Gramática e discurso no ensino do Português: novos desafios na formação do professor de Língua Materna*. Revista Brasileira de Letras. São Carlos, v.1.n.1, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Introdução*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Língua Portuguesa*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-1998.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado da Letras, 1996.

ANEXOS

TV CENTRO OESTE

A professora mandou a gente fazer a fila para ir para o ônibus e o homem do ônibus só ficava brigando e aí nós chegamos a tv centro oeste e aí perguntamos a mulher muitas coisas e depois para os homens e depois eu e Elivelton e o Lione fomos beber água e aí o Elivelton foi ao banheiro da TV centro oeste e aí quase que perdemos o Elivelton e aí ele saiu correndo e aí nós fomos para Rádio Jornal

E nós chegamos a Rádio Jornal, aí o homem perguntou a minha idade o meu time meu nome e aí o Max e o Jairo mijou no pneu do ônibus.

AUTOR: LUIZ HENRIQUE
T. BRUGHAGO